

ATA DA 061ª SESSÃO ORDINÁRIA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 2026  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Alex Brasil - Altair Silva - Ana Campagnolo - Antídio Lunelli - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Junior Cardoso - Lucas Neves - Marcius Machado - Marcos Vieira - Mário Motta - Marquito - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro De Nadal - Napoleão Bernardes - Neodi Saretta - Oscar Gutz - Padre Pedro Baldissera - Pepê Collaço - Rodrigo Fachini - Rodrigo Minotto - Sérgio Guimarães - Sergio Motta - Tiago Zilli - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia  
Deputado Lucas Neves

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

\*\*\*\*\*

**Breves Comunicações**

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, suspende a sessão para a apresentação do relatório de gestão anual das atividades do Ministério Público de Santa Catarina.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO LUCAS NEVES (Presidente) - Reabre a sessão e passa ao horário reservado aos Partidos Políticos.

\*\*\*\*\*

## Partidos Políticos

Partido: PL

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora)- Destacou a essência laboriosa da população do estado, cuja força de trabalho se manifesta no mar, na indústria, no campo, no comércio e no turismo.

Defendeu que o povo catarinense possui vocação inata para o empreendedorismo, a geração de emprego e renda, pautando-se pela dignidade e pela independência em relação a subsídios ou assistencialismos governamentais.

Apontou que essa postura voluntariosa diverge frontalmente do *modus operandi* da gestão centralizadora sediada em Brasília. Segundo a parlamentar, o atual Governo Federal, sob a liderança do Presidente Lula, demonstra distanciamento do setor produtivo, sobrecarrega o cidadão com impostos e expande a máquina pública sem contrapartida em serviços de qualidade, sintetizando o cenário com a máxima: "enquanto o Brasil trabalha, Brasília atrapalha".

Citou a recente proibição da pesca de arrasto de praia em Santa Catarina, ocorrida justamente durante a melhor safra de tainha dos últimos 30 anos. Ressaltou que o setor previa movimentar milhões de reais na economia local, gerando emprego e bem-estar social.

Criticou a decisão do Governo Federal de encerrar a atividade de forma unilateral, sem consulta prévia às comunidades afetadas, o que resultou na aplicação de multas e apreensões contra os pescadores.

Em defesa, evocou o princípio conservador da subsidiariedade, o qual preconiza que as decisões políticas e administrativas devem emanar das bases para o topo, visto que a comunidade local detém o conhecimento real de suas necessidades.

Estendeu a crítica fiscal à situação do comércio e da indústria, exemplificando com o fechamento recente de uma empresa no município de Tubarão, cujo aviso de encerramento atribuiu a culpa às políticas do Governo Federal. Argumentou que a extinção de empresas gera impactos humanos

profundos, como o desemprego e a perda de perspectivas para a juventude.

Apresentou dados fiscais para ilustrar o desequilíbrio federativo, apontando que, em 2024, Santa Catarina repassou cerca de R\$ 140 bilhões em tributos à União, recebendo de volta apenas aproximadamente 4% desse montante em reinvestimentos. Sustentou que o estado sofre punições políticas por nunca ter elegido governos alinhados à esquerda e por registrar indicadores sociais e econômicos de excelência, como alta taxa de empregabilidade e segurança pública eficiente.

Elogiou o Governador Jorginho Mello por ter mantido Santa Catarina como o único estado a não elevar a alíquota geral do ICMS. Destacou a continuidade de investimentos em infraestrutura e educação por meio dos programas Estrada Boa, Estrada Boa Rural e Escola Boa, que garantem a modernização, climatização e segurança das unidades escolares.

Reiterou que Santa Catarina, embora territorialmente pequeno, é um gigante produtivo que não deve aceitar o tratamento de "colônia extrativista" por parte de Brasília. Fez um apelo aos eleitores catarinenses para que rejeitem representantes políticos de perfil progressista e de esquerda, exigindo o cumprimento do federalismo constitucional e o respeito à autonomia do estado.  
*[Taquiografia: Guilherme]*

Partido: MDB

DEPUTADO ANTÍDIO LUNELLI (Orador) - Iniciou sua fala com indignação, criticando o Governo Federal que cancelou a pesca da tainha em Santa Catarina, dizendo ser uma injustiça com o povo catarinense e relatou que o Governo Federal não quis ouvir quem tira o seu sustento do mar. Salientou que foi imposto cotas restritivas e encerrou a safra do arrasto de praia após 38 dias, isto em plena supersafra. Disse que a tainha para os catarinenses é identidade e movimenta toda a economia do litoral catarinense. Afirmou que a pesca em SC é uma herança dos nossos antepassados açorianos, a pesca artesanal é economia real, a

cota era de 1.300 mil toneladas que sustenta milhares de famílias e movimenta toda a cadeia, comércio, peixarias, etc. Concluiu que agora o prejuízo é maior com menos renda, emprego e menos dignidade, afirmou que foi uma injustiça para com o pescador catarinense e que espera que o Ministério da Pesca reveja imediatamente esta decisão. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PSD

DEPUTADO MÁRIO MOTTA (Orador) - Cobrou providências em relação ao sistema de esgotamento sanitário na região continental de Florianópolis e em São José. Destacou problemas no chamado Interceptor G, estrutura que é utilizada no sistema da Casan para o transporte de esgoto. Segundo o Deputado, um trecho desta tubulação enterrada na praia vem causando vazamentos frequentes, lembrando que reparos foram realizados em novembro de 2025, mas que um mês depois o problema voltou a ocorrer, outra intervenção foi realizada em fevereiro deste ano, porém, após a conclusão do serviço o vazamento reapareceu. Disse que a situação está séria, e que por determinação judicial a Casan precisou iniciar a substituição deste interceptor. Reconhece que já houve avanços, mas que a segurança e eficiência do sistema não estão sendo observadas pela empresa responsável, contudo registros mais recentes demonstram que os desafios precisam ser superados. (Procede apresentação de slides mostrando o vazamento.) Solicita com urgência uma mobilização urgente para cessar definitivamente o vazamento do esgoto. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO LUCAS NEVES (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até o horário reservado à Ordem do Dia, às 16h.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

## Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0845/2025, de autoria do Deputado Junior Cardoso, que declara de utilidade pública a Associação Cultural e Educacional Novo Destino - ACEND, de Joinville, e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0147/2026, de autoria do Deputado Alex Brasil, que institui o Dia Estadual do Bombeiro Comunitário, a ser celebrado anualmente no dia 4 de abril e altera o Anexo Único da Lei n° 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0183/2026, de autoria do Deputado Lucas Neves, que declara de Utilidade Pública a Associação Lageana de Futsal - ALF, de Lages, e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021,

que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0240/2026, de autoria do Deputado Marcius Machado, que declara de utilidade pública a Associação Musical Facsol, de Lages, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2026, de autoria da Comissão Especial, que aprova a indicação do nome de Silvío Cesar dos Santos Rosa para o cargo de Diretor de Energia, Gás e Recursos Minerais da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC).

Conta com parecer favorável da Comissão Especial.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h07, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores)

*[Revisão: Taquígrafa Sílvia]*